

## Empresa de tecnologia briga com telecom por domínio

Uma liminar da Justiça Estadual pernambucana obrigou a operadora de telefonia de longa distância Intelig a retirar do ar, no dia 21/7, os nomes de domínio ‘intelig.com’, registrado em 5/6/2000 e ‘intelig.net.br’, registrado em 3/9/1999.

A decisão beneficiou a empresa de tecnologia Inteligância Informática S.A., que detém o domínio ‘intelig.com.br’ desde 6/1/1997. Segundo o caderno de Informática do portal [Paraná-Online](#), essa empresa é especializada no desenvolvimento de sistemas, consultoria e help-desk. Sua carteira de clientes inclui a Companhia Vale do Rio Doce, Bradesco, Noberto Odebrecht, Sul América Seguros, Grupo Iberdola e Ministério da Fazenda.

Na decisão, o juiz Dorgival Soares de Souza, da 15ª Vara Cível de Recife, disse: “pertencem à geração do ‘Capitão América’ o ‘Fantasma’ e ‘Jerônimo o Herói do Sertão’, todavia, atualmente me deparo com um mundo diferente, o denominado Mundo Virtual, onde conheci e aprendi a admirar o ‘Homem Aranha’ a ‘Corrida Maluca’ e ‘Dom Pixote’, época diferente, com grande recurso virtual, introduzido pela internet, que nos faz viver melhor, trazendo alegrias e até fortes emoções.”

Para o magistrado, o ambiente virtual ainda requer um melhor disciplinamento no direito positivo, pois “ainda se ampara em Resoluções Ministeriais que não atendem as necessidades jurídicas de busca de valores para se dirimir os litígios oriundos do relacionamento comercial entre as partes que operam no novo ramo”.

E sustentou a consagração no Brasil do “princípio da prevalência do primeiro requerimento”, citando ainda decisão do juiz Jorge Américo, da 9ª Vara Cível, no caso envolvendo duas empresas do ramo de medicamentos daquela Capital.

### Veja o inteiro teor da liminar:

Processo nº 001.2002.003584-6

15ª Vara Cível de Recife/PE

*R. H. Vistos, etc.*

Inteligância Informática S/A, já qualificada os autos, ajuizou Ação de Sustação de Uso e Cancelamento de Registro de Domínio na “Internet”; Cominação da Obrigação de Fazer, Cumulada com Perdas e Danos contra Intelig Telecomunicações S/A, também qualificada, requerendo dentre outros pleitos o pedido liminar de antecipação parcial dos efeitos da tutela jurisdicional, tendo narrado que é detentora de domínio na internet, sob o registro www.intelig.com.br, conseguido através de procedimento regular perante o órgão competente – FAPESP – em data de 06/01/97, operando regularmente na internet, formando um capital e desenvolvendo seus negócios com empresas de grande porte, conforme enumerado na petição inicial, ocorrendo, que aproximadamente 5 (cinco) anos ocorreu o início das suas operações, a



empresa ré com predominância de capital francês, veio instalar-se no Brasil, na forma de empresa nacional, para explor  o da lucrativa atividade das telecomunica es, promovendo uma milionária campanha de marketing, tendo, logo no início das suas opera es, detectado na internet o registro do dom nio www.intelig.com.br, pertencente   autora, tendo efetivado contatos no sentido da aquisi o do direito de explor  o daquele dom nio virtual, conforme comprovantes anexos, tendo sido frustrada a negocia o entre as partes, a parte ré valendo-se do artifício de registrar idêntico domicílio eletr nico fora do país, efetivou o registro na forma de www.intelig.com, assim como o mesmo domicílio com o sufixo “net”, ambos domicílios eletr nicos utilizados comercialmente pela ré, advindo da , prejuízos as suas atividades empresariais, pois vem ocorrendo indu o de uso aos usu rios, tanto da autora, quanto da r , acostando vários documentos.

O Juízo   s fls. 1433 despachou para se pronunciar sobre o pedido liminar de tutela antecipatória após o decurso do prazo para oferecimento da contesta o, determinando a cita o da parte ré, a qual, ofereceu contesta o   s fls. 1445/1663, vindo a mesma acompanhada dos incidentes de impugna o ao valor da causa e de exce o de incompetência do Juízo, cujos feitos já foram apreciados e se encontram apensos ao presente feito.

Outrossim, em sua contesta o a parte ré argui as preliminares da falta de jurisdi o, do litisconsórcio passivo necessário e da incompetência absoluta do Juízo, sendo a última um reforço ao seu pleito contido no incidente de exce o de incompetência relativa do Juízo da 15  Vara Cível da Capital, cujo incidente já apreciado, o qual, clamava a competência para apreciar e julgar a presente demanda o Juízo da Comarca do Rio de Janeiro, em face da localiza o da sua matriz naquela jurisdi o, por sinal com total rejei o daquele pleito, mantendo-se a competência prevista no art. 100, inciso V, letra ‘a’ do CPC.

Portanto, rejeitada a incompetência relativa do Juízo processante do feito, torna-se inviável no momento, o conhecimento prévio da preliminar contestatória de incompetência absoluta do Juízo, haja vista, o disposto o art. 113 do CPC.

Ademais, no mérito da pe sa contestatória a parte ré argui que as atividades empresariais das partes envolvidas na presente demanda são diferentes, assim, não ocorrendo conflito nos sinais que determinam os dom nios na internet, sendo, que a FAPESP não impede a inscri o de dom nios idênticos em categorias distintas, ainda, que a parte autora   litigante de má f , rogando as razões completas da sua defesa para contrariar o pleito de tutela antecipatória.

Ora, pertencço a gera o do “Capitão América” o “Fantasma” e “Jer nimo o Herói do Sertão”, todavia, atualmente me deparo com um mundo diferente, o denominado Mundo Virtual, onde conheci e aprendi a admirar o “Homem Aranha” a “Corrida Maluca” e “Dom Pixote”, época diferente, com grande recurso virtual, introduzido pela internet, que nos faz viver melhor, trazendo alegrias e até fortes emo es.



Todavia, o tã£o bem vindo mundo virtual ainda requer um disciplinamento melhor no nosso direito positivo, pois ainda se ampara em Resoluã§ã£s Ministeriais que nã£o atendem as necessidades jurãdicas de busca de valores para se dirimir os litãgios oriundos do relacionamento comercial entre as partes que operam no novo ramo.

Mas, invocando o art. 4ãº da Lei de Introduã§ã£o ao Cãdigo Civil Pãtrio c/c o art. 3ãº do CPC passo a apreciar o pleito antecipatãrio da tutela jurisdicional parcial observando o pleito principal que fora a negociaã£o entre as partes do direito de uso do domãnio da autora (www.intelig.com.br), cujo registro deu-se anteriormente na FAPESP ao domãnio adquirido pela rã©, estando ambas em plena atividade comercial.

No Brasil, encontra-se consagrado o princãpio da prevalãncia do primeiro requerimento, para efeito de registro na internet, fazendo-me lembrar sãbia decisã£o no ãmbito da 9ã Vara Cãvel do Recife, da lavra do polivalente jurista, o Dr. Jorge Amãrico, quando fez aplicar em seu decisãrio, tal princãpio, envolvendo duas empresas do ramo de medicamentos da Capital.

Desta maneira, entendo presente a verossimilhanãsa do direito da parte autora alegado na sua peãsa inicial, dado a sua preferãncia e preexistãncia do seu domãnio virtual (www.intelig.com.br), conforme Resoluã§ã£o nãº 1, de 15 de abril de 1998 do Comitã Gestor, no seu art. 1ãº e ã§3ãº (Comitã Gestor Internet do Brasil do Ministãrio das Comunicaã§ães e Ministãrio da Ciãncia e Tecnologia, ficando provado o periculum in mora, em face dos erros cometidos pelos usuãrios da rede.

Isto posto, concedo a tutela parcial jurisdicional no sentido de determinar a empresa rã© atã© ulterior deliberaã£o judicial se abstenha de utilizar os domãnios eletrãnicos na internet conhecidos como www.intelig.com e www.intelig.net.br, atã© decisã£o final na presente demanda, sob pena no pagamento de multa-dia a partir da intimaã£o respeitando-se o prazo de quarenta e oito (48) horas, cujo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por descumprimento.

Publique-se e intime-se os interessados, devendo a parte autora no prazo de lei se pronunciar sobre a contestaã£o e documentos de fls. 1445/1663.

Recife, 09 de julho de 2002.

Dorgival Soares de Souza

Juiz de Direito

**Atualizaã£o:** A Cãmara de Fãrias do Tribunal de Justiãa de Pernambuco concedeu em 23/7, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Des. Jovaldo Nunes Gomes, liminar parcial no Agravo de Instrumento nãº 84.664-4 proposto pela Intelig Telecomunicaã§ães Ltda:

*“Nã£o vejo qualquer exagero na decisã£o recorrida, salvo no tocante ao prazo concedido para cumprimento da obrigaã£o imposta, que, segundo entendo ã extremamente exãguo, face as complicaã§ães e reflexo que advirão da retirada do sistema da referida expressão. No particular procede a alegaã£o da agravante. Ante o exposto o meu voto ã no sentido de CONCEDER, parcialmente, a medida liminar requerida para o fim ãnico e exclusivo de fixar em 15 (quinze) dias o prazo para o cumprimento da obrigaã£o, a partir da intimaã£o desta decisã£o, mantendo-se, no*



---

*mais, até o julgamento deste recurso, a interlocutória do primeiro grau, inclusive no tocante a multa imposta, caso não cumprida a ordem no prazo aqui referido (15 dias) ...”.*

**Atualiza o II:** A operadora está veiculando o seguinte comunicado ao público em seu site (10/9):

“Redirecionamento Temporário de Websites

Para acessar o site da Intelig ncia Informática, use o endereço: [www.intelig.com.br](http://www.intelig.com.br)

Para acessar o site da Intelig Telecomunica es, use o endereço: [www.intelig23.com.br](http://www.intelig23.com.br)

Esclarecimento: Por decisão liminar da Justi a de Pernambuco em a o movida pela Intelig ncia Informática (empresa sediada naquele Estado, que registrou o dom nio [www.intelig.com.br](http://www.intelig.com.br)), a Intelig, empresa espelho de telecomunica es (que atua em todo o território nacional) está impedida, temporariamente, de usar os seus dom nios próprios, legalmente registrados (a saber, [www.intelig.com](http://www.intelig.com) e [www.intelig.net.br](http://www.intelig.net.br)). A Intelig está buscando cassar, na Justi a, a liminar em questão e a repara o dos prejuízos causados. At  nova decisão da Justi a, que pode ocorrer a qualquer momento, sugere-se que os interessados passem a usar os endereços listados acima, adicionando-os   sua lista de favoritos.”

Veja a [ ntegra](#) da decisão do TJ/PE.

Veja também: [TJ/PR nega pedido para anular dom nio parecido](#)